

## LIMA BARRETO, DOSTOIÉVSKI E BUBU: SUBVERTENDO OS LIMITES DA CASA DOS MORTOS

Eliã Silva de JESUS

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

[elianilheus@hotmail.com](mailto:elianilheus@hotmail.com)

**Resumo:** Este texto é parte da pesquisa do programa de mestrado em Estudos de Linguagens (UNEB), linha Leitura, literatura e identidade, tendo como título *Poder, subversão e linguagem: Lima Barreto nos limites da des-razão em Diário do hospício* - ainda em andamento e pretende refletir sobre a experiência vivida por Lima Barreto quando do seu internamento no Hospital Nacional de Alienados entre 1919 e 1920. Para tanto, aborda *A Casa dos Mortos* como uma instituição coletiva da sociedade moderna que se constitui como grande metáfora da condição humana. Uma realidade degradante a qual só é possível subverter através da linguagem. Assim, em meados do século XIX Dostoiévski vive a experiência dolorosa da *Casa dos Mortos* e a transforma em linguagem fora do poder hegemônico, em *Recordações da casa dos mortos* (1862). Como olho de dentro de uma instituição psiquiátrica e se vendo por dentro Lima Barreto, no início do século XX, caminha pelos limites d'A *Casa dos Mortos* e supera, através da linguagem, o que poderia se concretizar como o fim de suas aspirações intelectuais, ou o encarceramento de uma voz destoante, transformando sua segunda internação em memórias que compõem *Diário do hospício* (1956). Atravessando os séculos, Bubu - poeta popular com doze internações no manicômio judiciário da Bahia, - é a voz que ecoa e por meio da linguagem literária vem falar sobre a realidade manicomial do século XXI. Mesmo depois da reforma psiquiátrica que abriu as portas dos manicômios no Brasil, mantêm-se esquecidos os hospitais-presídios e seus alienados. Ao que parece, e assim como compreendeu Lima Barreto, os vãos da Casa permanecem inabaláveis.

**Palavras-chave:** crime; loucura; poder disciplinar; literatura

### 1. O poder da linguagem subvertendo o poder disciplinar

No início do século XX, Lima Barreto enunciava um discurso que criticava incansavelmente o processo de modernização do Brasil, sobretudo, agastava-se com a ânsia que cidade do Rio de Janeiro - palco de sua literatura - tinha em se tornar a "Paris dos trópicos" na *Belle Époque*. Talvez por esse motivo, embora conhecesse os autores europeus em voga, fugiu da influência francesa, aproximando-se dos autores russos, especialmente Fiodor Dostoiévski por quem Lima Barreto tinha grande admiração, sendo possível encontrar referências ao romancista russo em sua obra. Apesar de distanciados no tempo cabe aqui ressaltar o caráter de contestação dos discursos produzidos por ambos e a coragem que tiveram de questionar os valores hegemônicos (LIMA, 2009).

Nas primeiras páginas do *Diário do Hospício* (1956) Lima Barreto cita Dostoiévski, fazendo uma referência ao romance *Recordações da casa dos mortos* (1862), obra emblemática do escritor russo na qual são narrados fatos e eventos referentes à vida nas prisões da Sibéria. A referida obra de Dostoiévski é resultado da experiência vivida pelo autor que passou quatro anos exilado numa dessas prisões. Assim também, Lima Barreto na última vez que em foi internado, no Hospital Nacional de Alienados no natal de 1919, registrou em seu diário sua visão do manicômio e o teria

feito com a intenção de produzir um livro sobre um estudo de loucos e suas manias. Na seção *O pavilhão e a pinel*, a confissão de que talvez sua inspiração para a composição dos textos, organizados por Francisco de Assis Barbosa, *Diário do hospício* (1956) – registro da visão sobre a sua internação no manicômio, apontamentos do escritor – e *Cemitério dos vivos* (1956) – fragmentos do romance inacabado - tenha vindo do romancista russo.

Da outra vez, fui para a casa-forte e ele me fez baldear a varanda, lavar o banheiro, onde me deu um excelente banho de ducha de chicote. Todos nós estávamos nus; as portas abertas, e eu tive muito pudor. Eu me lembrei do banho de vapor de Dostoiévski, na *Casa dos Mortos*. Quando baldeei, chorei; mas me lembrei de Cervantes, do próprio Dostoiévski. Que pior deviam ter sofrido em Argel e na Sibéria (BARRETO, 1953: 157).

No dia 25 de dezembro de 1919, Lima Barreto deu entrada no Hospital Nacional de Alienados, na Praia Vermelha em Botafogo, seguindo internado até o dia 2 de fevereiro de 1920. Ele chegou levado pelas mãos da polícia e foi acomodado no Pavilhão de Observação, local destinado aos pobres e indigentes.

O escritor passou por um processo de degradação social, vitimado por sua própria condição. Frustrado por não obter reconhecimento no cenário literário, enfrentando problemas financeiros e com dificuldades de sustentar a sua família, entrega-se ao alcoolismo. No momento de sua internação, vagava pelos subúrbios à noite, procurando uma delegacia com o propósito de queixar-se a um delegado, vendo e imaginando coisas, gritando, gesticulando. Situação que fez seu irmão Carlindo, na companhia de Carlos Ventura, solicitar a intervenção da polícia. Laçado como uma besta e recolhido ao manicômio recebe tratamento dispensado aos criminosos (LIMA, 2009).

Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. De mim para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensão que as dificuldades de minha vida material, há seis anos, me assoberbam, de quando em quando, dou sinais de loucura: deliro.

(...) Quanto aos meus amigos, nenhum apareceu, senão o Sr. Carlos Ventura e o sobrinho.

(...) Este Sr. Carlos Ventura é um velho homem, tem uma venda na rua Piauí, em Todos os Santos, fornece para a nossa casa e foi com auxílio dele que me conseguiram laçar e trazer-me cá ao Hospício (BARRETO, 1956: 155-156).

A segunda internação poderia representar mais uma das inúmeras formas de silenciamento a que fora por diversas vezes submetido. Não bastasse a sistemática exclusão das “altas rodas” literária, do cerceamento de seus posicionamentos políticos. O hospício apresentava-se como um ponto final de uma trajetória cheia de percalços, espaço de apagamento e subtração de identidade. Entretanto, a convivência com os loucos deu a Lima Barreto condições necessárias para compor uma narrativa sob a perspectiva de sustentação de sua identidade (LIMA, 2009).

Os dias que seguem à internação são figurados em o *Diário do Hospício* (1956). Segundo o pesquisador Francisco de Assis Barbosa seria a continuação do *Diário Íntimo* e revelava a intenção de escrever uma grande obra sobre os loucos e suas manias, sendo assim, provavelmente um ponto de partida para a elaboração de *Cemitério dos Vivos* (1956), romance que não teve condições de finalizar. Inspirado pela convivência

com os loucos, o que pode parecer irônico já que Lima Barreto faz registros de várias nuances da loucura e questiona o pensamento científico da época com um discurso de resistência à loucura. Em alguns momentos, mostra-se admirado com a capacidade imaginativa dos tais intelectuais do século XIX em querer demonstrar a inferioridade intelectual inerente à constituição da população negra, revestidos de um saber que buscava a pretensa comprovação científica.

Ter chegado ao hospício pelas mãos da polícia mostra o nível de marginalização de Lima Barreto. Os médicos sabiam que se tratava de bebedeira e suas crises eram devido às alucinações causadas pelo álcool, mas o fato de ter sido acionada a força policial por solicitação da família tornava legítima a ação do Estado sobre sua vida, bem como tratamento dispensado a ele, o mesmo recebido pelos indigentes, pelos párias da sociedade. Uma vez que os próprios parentes o levavam ao hospício nessas circunstâncias ele passava mais tempo internado do que o necessário. O que fez desse tempo foi dedicar-se a literatura, colhendo material para um futuro romance que pensaria sobre a questão dos vazios e silêncios deixados pelo discurso psiquiátrico - desde a idade clássica - assim como pensou Michel Foucault anos mais tarde. A narrativa elaborada sob a perspectiva de fazer uma reflexão acerca de sua trajetória de vida, colocando a mostra frustrações, revoltas, anseios e medos, também refletindo sobre as condições estruturais do manicômio, demonstra que Lima Barreto sabia o que queria e tinha objetivos, o que contrapõe a idéia de louco e desvairado que colocou o escritor na “galeria dos malditos”.

Entre no Hospício no dia de Natal. Passei as famosas festas de ano, entre as quatro paredes de um manicômio. Estive no pavilhão pouco tempo, cerca de vinte e quatro horas. O Pavilhão de Observação é uma espécie de dependência do Hospício a que vão ter os doentes enviados pela polícia, isto é, os tidos e havidos por miseráveis e indigentes, antes de serem definitivamente internados.

A polícia, não sei como e por quê, adquiriu a mania das generalizações, as mais infantis. Suspeita de todo sujeito estrangeiro com nome arrevesado, assim os russos, os polacos, rumenos são para ela forçosamente cáftens; todo cidadão de cor há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados (BARRETO; 1953: 229-230).

Essas passagens são do romance inacabado *Cemitério dos vivos*, em que o narrador-protagonista Vicente Mascarenhas toma como base os apontamentos do escritor sobre a sua entrada no hospício, sendo possível estabelecer uma relação com a primeira seção do *Diário do Hospício, O Pavilhão e a Pinel*, momento em que Lima Barreto narra à forma como, segundo sua própria descrição, foi “laçado” pela polícia e alocado no pavilhão que recebia os miseráveis. São trechos que revelam o firme posicionamento crítico do escritor com relação às instituições que exercem o *poder disciplinar*.

Suas ambições quanto à produção de um romance sobre a loucura eram tão reais que em entrevista concedida ao jornal *A folha* (1920), ainda no hospício, ele revela que título daria a obra em questão; *Cemitério dos Vivos*. Segundo Francisco de Assis Barbosa tudo levava a crer que esta seria uma obra de grande envergadura, talvez sua obra prima. Assim como *Recordações da casa dos mortos* consagrou a trajetória de Fiodor Dostoiévski, considerado o romance que marcou sua melhor fase.

Os dois escritores constroem suas narrativas a partir de uma situação-limite vivenciada por eles em seus cárceres, que se diferenciam pela temática – loucura/crime – mas se igualam quanto às circunstâncias do exercício do *poder disciplinar*. O crime de Dostoiévski foi pertencer ao chamado *Círculo de Petrachevski*, um grupo literário que assanhou a fúria do czar Nicolau I pelo caráter julgado subversivo, comprometendo-se, desta forma, com o socialismo em seu discurso. Foi preso e condenado ao fuzilamento. Porém, instantes antes de se cumprir a sentença, o czar voltou atrás na sua decisão e comutou a pena de morte em reclusão perpétua e trabalhos forçados. E na véspera do Natal de 1849, seguiu para o cumprimento de sua sentença em uma das prisões da Sibéria.

O crime de Lima Barreto foi não se colocar adequadamente numa sociedade que se pretendia branca e “civilizada”. Que sentenciava sua obra como uma deformação, fruto de sua personalidade desajustada, pois em suas avaliações não conseguia superar seus etnocentrismos.

Pelo caráter subversivo desses dois homens perigosos eles são colocados sob o julgo do *poder disciplinar*. Segundo uma leitura de Stuart Hall (2006) o *poder disciplinar* busca regular, disciplinar o sujeito. Este pensamento se desenvolveu a partir das instituições (quartéis, escolas, prisões...) do século XIX, com o intuito de unificar, homogeneizar o homem moderno, mantendo sua vida “sob estrito controle da disciplina”. E essa questão, discutida por Michel Foucault, está posta tanto em *Recordações da casa dos mortos* quanto em *Diário do hospício*. Através de sua personagem *Aleksandr Petrovich*, Dostoiévski denuncia os campos de trabalho forçados na Rússia czarista, os castigos corporais, a imundície e a corrupção dentro das unidades prisionais da Sibéria. Lançando mão de uma estratégia muito similar, Lima Barreto questiona as condições estruturais do hospital psiquiátrico, suas pretensas verdades apoiadas no discurso positivista, que reservado ao dever de cuidar das pessoas com problemas mentais, revela-se como o mais fiel retrato da sociedade que no início do século XX estava fundamentada na razão cientificista do século XIX.

Os super-agudos homens policiais percebem bem que há tantas formas de loucura quanto as de temperamento entre as pessoas mais ou menos sãs, e os furiosos são exceção; há até dementados que, talvez, fossem mais bem transportados num coche fúnebre e dentro de um caixão que naquela antipática almanjarra de ferros e grades.

É indescritível o que sofri ali, assentado naquela espécie de solitária, pouco mais larga que a largura de um homem, cercado de ferros por todos os lados, com um vigia gradeada, por onde se enxergam as caras curiosas dos transeuntes a procurarem descobrir quem é o doido que vai ali. [...] Um suplício destes a quem não sujeita a polícia os mais repugnantes desgraçados que teve a infelicidade de ensandecer, às vezes por minutos...

É uma providência inútil e estúpida [...]; contudo, posso garantir que iria para o Hospício, muito pacificamente, com qualquer agente, fardado ou não. Era o bastante que me ordenasse segui-lo, em nome do poderoso chefe de Polícia, eu obedeceria incontinenti, porquanto estou disposto a obedecer, tanto ao de hoje, como ao de amanhã, pois não quero, com a minha rebeldia, turbar a felicidade que eles vêm trazendo à sociedade nacional, extinguindo aos poucos o vício e o crime, que diminuem a olhos vistos (BARRETO; 1953: 230-231).

Há nessa passagem, no discurso da personagem, o reconhecimento de que na virada para o século XX, o discurso colonial deixava marcas indeléveis. Uma vez que marginalizou as formas de alteridade na tentativa de homogeneização das consciências. A contestação que mesmo sabendo que “há tantas formas de loucura quanto às de temperamento entre as pessoas sãs” e que “os furiosos são exceção”, a polícia como aparato de poder, segue os preceitos do discurso colonial, que se apóia no reconhecimento e repúdio das diferenças. Com o objetivo de apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial - “todo cidadão de cor há de ser por força um malandro” - de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de dominação. E tecer uma trama de representação, um regime de conceitos estereotipados - “e todos os loucos hão de ser por força furiosos” -. Um discurso que fez brotar “verdades” apoiadas na idéia de selvageria, canibalismo, luxúria e anarquia, tentando demonstrar “o outro” alienado, projetando cenas de medo e desejo, nos textos coloniais (BHABHA, 2007.)

Conquanto, sendo a função do aparato de poder manter a ordem e a disciplina, diz o alienado Vicente Mascarenhas que se submeteria ao hospício ordeiramente, pacificamente “em nome do poderoso chefe de polícia”. Aqui a constatação de que se render ao poder é a melhor forma de manter-se vivo. Há uma passagem nos manuscritos de *Alieksandr Pietróvitch* igual constatação. Pela força que encarceramento exercia, colocando-se com outro mundo, “regido por estatutos, disciplinas, horários específicos; uma casa para cadáveres vivos; uma vida à margem” (DOSTOIÉVSK, 2006), ou como preconizou Lima Barreto, um cemitério dos vivos. Havia ali, então, as condições propícias de domesticação desse sujeito.

Mas todos se sujeitavam à disciplina, às regras e mesmo aos hábitos já encontrados. Mesmo os ânimos mais exaltados acabavam por se submeter. Não cessavam remessas de indivíduos inflamados de vaidade que os levava a ultrapassar todos os limites e a perpetrar seus crimes automaticamente, como numa aura de delírio ou de embriaguez; não tardava, porém, que a rotina do presídio os domasse. Acabavam sendo domados mesmo aqueles que tinham sido o terror de bairros e de povoados. Uma vez ali dentro, o “calouro” logo se dava conta de que caíra num redondel que trabalhava em coro de surdina e logo tratava de baixar o “timbre” (DOSTOIÉVSKI; 2006: 25).

## 2. A Casa dos Mortos: uma metáfora da condição humana

O modelo de hospital psiquiátrico pensado por Philippe Pinel atendia a alguns desses estatutos descritos pelo narrador de Dostoiévski sobre as prisões siberianas.

Sérgio Rachman, em sua pesquisa *A interface entre a psiquiatria e a literatura na obra de Lima Barreto* (2010), diz que é preciso entender como a psiquiatria era concebida na época em que viveu Lima Barreto. Até a metade do século XIX o doente mental no Brasil não recebia tratamento em lugares com esse fim específico, cabendo a Santa Casa de Misericórdia o papel de acolher os alienados. As condições precárias desse tratamento forçaram a construção do primeiro hospital psiquiátrico, o Hospital D. Pedro II, que depois passou a se chamar Hospital Nacional de Alienados e seguia o modelo francês, dentro da concepção idealizada por Pinel e Esquirol, com objetivo de cumprir a função terapêutica, através do trabalho dos médicos, estes ajudados por enfermeiros e pela estrutura física de um manicômio. O método baseado no tratamento moral previa a retirada do doente de seu convívio social, eliminando o excesso de estímulo emocional de sua vida cotidiana, mantendo-o sob controle e disciplina para

obter as condições necessárias de recuperação. Esse ideal pineliano esteve presente na criação dos primeiros hospitais psiquiátricos no Brasil e somente quando Juliano Moreira assumiu a direção do Hospital Nacional de Alienados, em 1903 até 1930, é que este buscou nas idéias da escola alemã, representada por Emil Kraepelin, uma forma de investigar uma psiquiatria que tivesse características mais nacionais (RACHMAN apud PAIM, 2010).

Ainda em sua pesquisa, Rachman observa que relatórios de Juliano Moreira, enviados ao Ministério da Justiça em 1922, apontavam o alcoolismo como principal motivo das internações no Hospital Nacional e a pobreza citada como algo comum a todos.

Os diagnósticos mais comuns entre os internos no HNA em 1875 era a demência, mania, monomania, lipomania, epilepsia, alcoolismo, imbecilidade, histeria e paralisia geral, sendo que grande parte dos internos eram indigentes (Rey apud Postel e Quérel, 1987). Em relatório enviado por Juliano Moreira ao Ministro da Justiça do Brasil em 1922, aquele afirma que ‘o alcoolismo conservou o primeiro lugar entre as causas predominantes de internações no Hospital Nacional’ (RACHMAN, 2010: 9).

Lima Barreto conduz sua narrativa como o olho de dentro da instituição, numa situação para além daquele que apenas olha o outro como o exógeno. Por mais que lutasse para manter-se lúcido, e o fazia através da sistematização dos seus apontamentos, estava ali como interno, como paciente e como tal leva o leitor a ter uma visão ampliada da realidade manicomial: pobreza, divisões de classes e violência.

Sem fazer monopólio, os loucos são da proveniência mais diversa, originando-se em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São de imigrantes italianos, portugueses e outros mais exóticos, são negros roceiros, que teimam em dormir pelos desvãos das janelas sobre uma esteira esmolambadas de uma manta sórdida; são copeiros, cocheiros, moços de cavalaria, trabalhadores braçais. No meio disso, muitos com educação, mas que a falta de recursos e proteção atira naquela Gena social (BARRETO; 1953: 158 e 159).

Na biografia, *A vida de Lima Barreto* (1988), Francisco de Assis Barbosa registra que em entrevista ao Jornal *A Folha* em 1920, Lima Barreto discorre sobre o episódio em que foi obrigado a varrer o Pavilhão da Pinel e o jardim que dava para frente do prédio, fazendo uma denuncia que no hospício também predomina o pistolão. Só depois de ter sido recebido com respeito e carinho por Juliano Moreira, então diretor do HNA, que o removeu da *Seção Pinel*, foi que ocorreu seu ingresso na seção destinada a acomodar os pensionistas, a *Calmeil*. Juliano Moreira realmente o tratou com respeito, mas Lima Barreto só o conheceu no período que data a sua segunda internação.

Na segunda-feira, antes que meu irmão viesse, fui à presença de Dr. Juliano Moreira. Tratou-me com grande ternura, paternalmente, não me admoestou, fêz-me sentar ao seu lado e perguntou-me onde queira ficar. Disse-lhe que na Seção Calmeil. Deu ordens ao Sant’Ana e, em breve, lá estava eu (BARRETO; 1953: 161).

Esse ocorrido desfaz a lenda vulgarizada e disseminada nos suplementos literários da imprensa, vinte anos depois de sua morte, de que era ele mesmo quem procurava espontaneamente o hospício “para repetidas estações de cura, e ali o bondoso

diretor, que se chamava Juliano Moreira, lhe oferecia o ‘melhor quarto’, a fim de que pudesse escrever tranquilamente os seus romances” (BARBOSA; 1988: 241). Sobretudo, quando confessa para o repórter que contra a sua vontade e sem maiores formalidades foi conduzido pela polícia e trancafiado num “quarto forte”.

Francisco de Assis Barbosa acerta em sua reflexão de que o hospício jamais poderia ter sido um “hotel de estação de águas” para Lima Barreto, pelo contrário, o escritor apavorava-se sempre com a possibilidade de um retorno, pois as sucessivas internações provocavam dolorosa sensação de rebaixamento moral, dada a violência como aconteciam e por ser o hospício espaço de tamanha degradação humana.

Segundo depreendi, as seções principais do Hospício propriamente são quatro: Pinel e Calmeil, para homens; e Morcl e Esquirol para mulheres. Além destas, há outras especiais, para epiléticos, para crianças retardadas, para tuberculosos, etc., cada qual com o nome da sua sumidade nacional ou estrangeira. O pavilhão, por excelência, é o de Observações que tem uma organização *sui generis*, depende do Hospício, da polícia e da Faculdade de Medicina, cujo lente de psiquiatria é o seu diretor, sem nenhuma dependência ou subordinação ao do Hospício, dependendo entretanto o resto do pessoal subalterno e fornecendo este estabelecimento tudo o mais. Para ser um anfiteatro a seu jeito em uma enfermaria de Santa Casa, só lhes faltam a insolência, a multidão de estudantes A querer fazer espírito e outras crianças com os doentes e defuntos.

Estive nele, como já disse e, conquanto as minhas queixas sejam mínimas é das dependências da Praia Vermelha, a pior impressão me deixou. Todas as demais, com todos os defeitos, mesmo aparentemente mais defeituosas, não nos machucam tanto, como ela. É possível que eu não tenha razão; e que lá estivesse mais maluco por isso...

Do Pavilhão, como já contei, fui para a Seção Pinel; é a de indigentes, daqueles sem eira nem beira, nem ramo de figueira. Houve nisso um grande erro e muito grave para as finanças governamentais. Sujeitos assim classificados, lá existem que recebem do governo pensões sob vários títulos. Isso tudo é sabido, conta de papéis oficiais. O Estado, recebendo-os como loucos, por mínima que fosse, o seu primeiro cuidado devia ser apoderar-se dessa pensão para seu tratamento. Evitava que eles fossem tratados abaixo de sua condição, aumentava a renda do estabelecimento e dava enchaças para melhorar o tratamento dos verdadeiros pobres (BAARRETO; 1953: 306-307).

Lima Barreto traça um perfil bastante coerente sobre o modelo dos hospitais psiquiátricos brasileiros. Revela o caráter funesto de um sistema que se pretendia científico e moderno. Com suas estratificações de classes e a constatação de que esse modelo seria o ideal para atender aos pobres. Com seus estatutos de controle, coerção, num misto de exigências que segundo constatou Foucault sobre os estudos de Le Brun compreendem objetos tanto relativos à polícia quanto propriamente de competência da medicina. A medicina exerce, nesse sentido, uma espécie de controle, segregando socialmente aqueles que incomodam a ordem. Uma vez que desde o século XVIII os hospitais já traziam o estigma da miséria. Foram fundados pela necessidade de criação de instituições de controle que “amparasse” os milhares de indigentes da cidade de Paris e com o início da formação médica os doentes de hospitais seriam os sujeitos mais apropriados para o curso experimental (FOUCAULT, 2011). Os manicômios,

implantados no Brasil no século XIX, baseados no modelo francês e vistos por Lima Barreto, nascem como modelo falido, por ser em certa medida a institucionalização da miséria.

Remover o denominado louco da sociedade não garante que eles sejam cuidados para a cura, mas as condições degradantes a que são submetidos os condenam a morte legalizada pelo Estado. Lima Barreto contesta a ação do Estado que legitima a progressiva degradação humana, mostrando como uma instituição que se destina a tratar de doentes promove a desigualdade, a exclusão, o apagamento de identidade, a corrupção.

As instituições coletivas do século XIX, com base nos poderes dos regimes administrativos, criadas com a preocupação de disciplinar, regular, vigiar; manter as vidas, o trabalho, a saúde física e moral, as práticas sexuais sob controle e gerenciados pelo conhecimento especializado das Ciências Sociais. Consiste, sobretudo, em produzir um homem que apresente um *corpo dócil* (cf. Foucault, 1997).

A *Casa dos Mortos* como instituição coletiva da sociedade moderna se constitui como grande metáfora da condição humana. Uma realidade degradante da qual só é possível subverter através da linguagem. Assim, em meados do século XIX Dostoiévski vive a experiência dolorosa da *Casa dos Mortos* e a transforma em linguagem fora do poder hegemônico. Como olhos de dentro de uma instituição psiquiátrica e se vendo por dentro Lima Barreto, no início do século XX, caminha pelos limites da *Casa dos Mortos* e supera, através da linguagem, o que poderia se concretizar como o fim de suas aspirações intelectuais, ou o encarceramento de uma voz destoante. Atravessando os séculos, Bubu - poeta popular com doze internações no manicômio judiciário da Bahia, – é a voz que ecoa e por meio da linguagem literária vem falar sobre a realidade manicomial do século XXI. Mesmo depois da reforma psiquiátrica que abriu as portas dos manicômios no Brasil, mantêm-se esquecidos os hospitais-presídios e seus alienados. Ao que parece os vãos da Casa permanecem inabaláveis.

No século XXI, três atos compõem *A Casa dos Mortos*, documentário da antropóloga e bioeticista Débora Diniz (imagens livres – Ministério da Saúde, 2009). São três narrativas, três trajetórias de pacientes sob custódia, apresentadas a partir de três atos descritos em um poema homônimo, produzido por Bubu, igualmente custodiado no HCT de Salvador por doze vezes. A expressão figura um diálogo com a obra de Dostoiévski, *Recordações da casa dos mortos* e com *Cemitério dos vivos*, de Lima Barreto. E faz perceber que depois de dois séculos era assertiva a conclusão de Dostoiévski, no que toca o sentido prático dessas instituições. O escritor russo não acreditava na força de regeneração do sistema prisional. Lima Barreto comparava o manicômio a uma casa-forte, tão semelhante a um presídio, e com sua descrição flagrou a degeneração humana promovida pelo Estado, também não cria no poder de cura da instituição. Bubu, com seu olhar incisivo, acredita que sua composição é um veredito, mas gostaria de propor um ultimato à *Casa dos Mortos*.

Ir para alguma prisão da Sibéria, em meados do século XIX, significava que tais homens seriam privados definitivamente de sua cidadania. Uma vez que cumprida a pena de oito a dez anos de reclusão, os da alçada civil eram mandados “como leva de colonos para alguma região inóspita da Sibéria” (DOSTOIÉVSKI; 2011: 23). Apenas os crimes da alçada militar, segundo o dispositivo correccional, conservavam a categoria de cidadão, podendo voltar a antigo posto em um batalhão da Sibéria, caso recebessem uma pequena condenação. Entretanto, era imperativo que alguns dentre estes fizessem “nova entrada no presídio, mas agora em razão de atos mais graves, para uma estada de vinte anos! Aboletavam-se na seção dos “reincidentes”, perdendo então os direitos de



cidadania” (DOSTOIÉVSKI; 2011: 23). O entendimento sobre a ação criminosa era adverso. O fato é que aquilo que perturba a ordem, que causa incômodo deve ser punido pelo regime administrativo. Dessa forma:

(...) se achava um espécime de cada crime possível a humanidade.

Nosso presídio, com entradas, saídas, transferências e mortes, contava em média com uma permanência de duzentos e cinquenta “clientes”. Gente de todas as bandas. Cada região, cada província, cada distrito da Rússia tinha a bem dizer o seu representante ali dentro, não faltando até gente oriunda das cordilheiras do Cáucaso. A distribuição pelas seções se fazia segundo a gravidade e o tempo de pena. Havia uma seção de refugio, sempre superlotada, a dos veteranos do crime, em sua maior parte militares. A “seção especial”, centrifugação dos criminosos de todas as Rússias! Incapacitados de somar o “prazo” das penalidades, se tinha na conta de “perpétuos”, exigindo dele a lei tarefas dobradas ou triplicadas. Ficavam ali “de triagem” até a remoção para trabalhos forçados deveras, cuja organização estava sendo elaborada (DOSTOIÉVSKI; 2011: 23).

Chegar ao hospício em um carro da polícia, ter suas roupas subtraídas para dá lugar a um uniforme que retira o sentido de sua individualidade, “baldear” em um ato público de invasão de sua privacidade, caracteriza o intenso processo de degradação e marginalização imposto pelo sistema e pela força dos poderes administrativos a que foi submetido Lima Barreto. Nesse sentido, cabe um questionamento: em quais medidas eram resguardados os direitos de cidadania do denominado doente mental no Brasil do início do século XX? Talvez lhes coubessem os mesmos dos cativos da Sibéria, ao menos o modelo parece bastante similar.

Até ali, apesar de me terem despido à vista de todos – coisa que sempre me degradou – não tinha razão de queixa; mas aquêlê quarto-forte provocou-me lágrimas. Eis que tinham dado os meus altos projetos de menino.

Vivi assim cêrca de uma semana, condenado ao silêncio e ao isolamento mais estúpidos que se podem imaginar, junto a uma quase imobilidade de prêso na solitária.

O Hospício é bem construído e seria adequado, se não tivesse quatro vêzes o número de doentes para que foi planejado (BARRETO; 1953: 232 e 239).

Ainda na primeira década do século XXI, concorre aos doentes mentais que cometem crime no Brasil, cumprirem três fins: serem submetidos a ciclos de internações intermináveis, cometerem suicídio ou permanecerem em prisão perpétua. Jaime, Almerindo e Antônio têm suas trajetórias entrecruzadas nos três atos descritos por Bubu no poema *A Casa dos Mortos* e encenadas no documentário de Débora Diniz. Em análise, a jornalista e uma das produtoras do documentário, Malu Fontes diz que a história e a condição desses homens estão no filme a serviço de uma abordagem que amplia as dimensões sociais, políticas e morais da perversão e da tragédia que norteiam a vida dos milhares de custodiados hoje no Brasil.

Jaime, como suas inúmeras internações, simboliza como tantos outros, a imobilidade do tratamento psiquiátrico nos hospitais-presídios. Como enuncia Lima

Barreto, “uma prisão inútil”. Ele chega a um ponto que Malu Fontes (2009) nomeia de “exacerbação da loucura”, vivendo numa ciranda entre entradas e saídas do HCT lugar, cujo dever é promover a cura e cumprir a função de reintegrar à sociedade, comete suicídio, durante as filmagens.

Almerindo, um homem de cinquenta anos, custodiado no hospital-presídio desde 1981 por ter agredido uma pessoa com uma pedra e em seguida ter furtado a bicicleta de sua vítima. Foi sentenciado pelo crime de lesões corporais com uma pena de dois anos de reclusão, entretanto seu processo foi julgado quatro anos depois de sua internação, quando ele já tinha cumprido e muito pelo seu crime, que por ser de natureza leve, deveria receber tratamento ambulatorial. Custodiado por quase 30 anos, perde todos os vínculos afetivos com a família, com os amigos, representa o que foi preconizado por Dostoiévski e por Lima Barreto - um cadáver vivo - ele mesmo anuncia a sua própria sentença: “Almerindo está morto” (imagens livres - Ministério da saúde, 2009). Almerindo foi abandonado por sua família e negligenciado pelo Estado. Num país onde nem aqueles que cometem crimes hediondos recebem esse fim, uma vez que não há legalidade da prisão perpétua no código penal brasileiro. Almerindo encena o que Bubu reconhece como “as vidas sem câmbios lá fora”.

Antônio é o reincidente, sua entrada no hospital-presídio pode ser lembrada à passagem descrita por Lima Barreto sobre sua entrada no hospício. A cena traz o homem algemado e conduzido num “carro-forte”, estigmatizado por cumprir a sina dos vários ciclos de internação. Este figura uma realidade sobre o sistema de tratamento psiquiátrico brasileiro aludido em *Diário do Hopício*, como sendo ainda da Idade Média. A configuração de um cemitério, que com suas divisões de classes uns seguem de carneira e outros de cova rasa. Mas que nada, absolutamente, nada pode livrá-los da morte - física, moral, social -, pois quando é manifesta não há dinheiro nem poder que possa arrebatá-lo do homem da loucura. Porque a loucura zomba de todas as vaidades e mergulha todos no insondável mar de seus caprichos incompreensíveis (BARRETO, 1956).

Antônio, assim como Bubu e o próprio Lima Barreto foram submersos num sistema que os colocaram em uma ciranda, entre idas e vindas do hospital psiquiátrico e a vida em família. Os custodiados estão numa “espécie de limbo onde a medicina atribui a responsabilidade a Justiça e essa a devolve a Medicina”, sem jamais conseguirem escapar do encarceramento (Fontes apud Goffman, 1999). Lima Barreto, personalidade socialmente desajustada, tem sua medida de segurança impetrada por sua família numa ação também legitimada pelo Estado. Seu crime era vagar pelas ruas dos subúrbios, gritando, gesticulando numa mostra da ação mais degradante do seu vício em bebidas alcoólicas.

O escritor faz uma análise cortante sobre a ineficácia do tratamento psiquiátrico no Brasil do início do século XX, quando acertou de que há algo trágico envolvendo as pessoas que são acometidas por transtornos mentais e suas incapacidades de fugir do escopo da estigmatização da loucura e por não encontrar na sociedade uma rede de proteção que possa aliar tratamento para cura e reintegração social. Mesmo depois da Reforma Psiquiátrica, que abriu as portas dos manicômios no Brasil e fez vigorar a Lei Antimanicomial, em abril 2001, *A Casa dos Mortos* ainda serve como aparato de poder com função de esconder o que seria um problema social irresoluto.

Constatar que o discurso médico-judiciário dos anos finais do século XVIII, abordado por Michel Foucault em *O nascimento da clínica* (1980), esbarra em Jaime, Almerindo, Antônio e Bubu, em pleno século XXI, alertando que as paredes dos cômodos d’*A Casa dos Mortos*, cuja fundação tem bases solidificadas por esse discurso,

não foram impactadas pela ação do tempo, não sofreram grandes corrosões. É um fato que atesta a temporalidade do discurso literário de conteúdo contestatório de Lima Barreto, fazendo repensar o espaço intersticial Pré-Modernista concedido a sua obra.

O escritor questiona a validade da linguagem no nível em que ela é posta pela tradição acadêmica, no exato momento em que nasce a divergência que rompe com as bases de uma literatura tradicional. Sua consciência de ruptura inaugura o desgaste dos velhos modelos e o configura como elemento de transição para o novo (PRADO, 1976). Sua morte prematura, em 1922, o tirou da Semana de arte moderna. Mas o fato do escritor ser inserido no intervalo da linha do tempo da Literatura canônica – levando em consideração que o Pré-Modernismo não se caracteriza como uma estética literária, mas um interstício literário - envolve outros fatores. Não se pode perder de vista que o caráter contestatório do seu discurso tem base na crise existencial do escritor, imposta pelo sistema. Nasce num instante de reação decisiva à sorte de humilhações a que era exposto, às dificuldades financeiras, à loucura paterna, à frustração de ter que se contentar com um emprego público. É nesse momento que surge o escritor, com uma ânsia de transformação das bases que sustentavam as velhas estruturas. Entretanto, os seus atos socialmente desarticulados pesavam sobre a construção da imagem de escritor. É nesse ponto que reside à rejeição acadêmica, a recusa de legitimação de sua obra vista como maldita. Por tais atributos, é possível entender o motivo de Lima Barreto ter sido colocado nesse “entre-lugar”. Ele mesmo vivendo entre a condição de ser negro e ser intelectual. Ser intelectual poderia até lhe conferir algum espaço de poder, entretanto estigmatizado na figura do louco, que validade teria o seu discurso?

Lima Barreto - vivendo numa situação limítrofe - se nega a aderir ao artificialismo estilístico dos acadêmicos. Sua palavra, enquanto arma desmistificadora assume uma atitude anárquica decisiva pela ancoragem de contrastes dominantes. Para tanto, adota a decisão de não integrar ao sistema, deslocando a contestação da linguagem acadêmica para um plano mais largo, que embora não despontasse como uma ruptura imediata é fator decisivo para a transição modernista. Uma vez que sua conversão ideológica se configura como a expressão do novo. O surgimento do escritor coincide com o instante em que há na literatura a preocupação de definir uma nova atitude do enfoque da realidade brasileira. Sua literatura desponta num período dominado pela urgência de uma nova estética e as imposições concretas de uma realidade mais sem ser vista pela ótica dos velhos modelos (PRADO, 1976).

Lima Barreto, em sua obra memorialista, ousa quando questiona verdades antes irrefutáveis através de uma construção que ao mesmo tempo se constitui como discurso de resistência à loucura e confrontação das idéias dominantes da sociedade de início do século XX.

Afastados pelo tempo e espaço, Lima Barreto e Dostoiévski subvertem o *poder disciplinar*, através da linguagem literária, confrontando estatutos médicos, a legalidade das ações da justiça e da segurança pública, os quais são disfarçados, muitas vezes, por valores supostamente humanitários. O surgimento de Bubu demonstra que a sociedade do século XIX que se desejava moderna, civilizada, mas que cujo modelo não deu conta de suas próprias idiosincrasias ainda reverbera no século XXI seus códigos racialistas, basta ver qual é a cor preponderante nas imagens apresentadas no filme-documentário *A Casa dos Mortos* (2009), será fácil perceber quem são aqueles considerados integrantes da sociedade dos decaídos.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto: 1881-1922 – 7<sup>a</sup>. ed.** – Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- BARRETO, A. H. Lima. **Diário íntimo**; Editora Mérito S.A – São Paulo – Rio de Janeiro, 1953.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**; tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 4<sup>a</sup> reimpressão, 2007.
- DINIZ, Débora. **A casa dos mortos**; filme-documentário (imagens livres – Ministério da Saúde), 2009.
- DOSTOIÉVSKI, Fiodor. **Recordações da casa dos mortos**; tradução de José Geraldo Vieira – São Paulo: Martin Claret, 2006.
- FONTES, Malu. **Novas escrituras e mediações em saúde**. RECIIS. R. Eletr. de Com. Inf. Inv. Saúde. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 97-99, jun., 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O nascimento da clínica**; tradução de Roberto Machado – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro – 11. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LIMA, André Luis Dias. **Lima Barreto e Dostoiévski: vozes dissonantes**. Niterói: UFF-PLB, 2009.
- PRADO, Antonio Arnoni. **Lima Barreto: o crítico e a crise**. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1976.